

CENTRAL DE MOVIMENTO POPULARES

Rua São Cristóvão, 586 Centro Aracaju - SE Tel. 211-4163
CEP. 90010-300

Aracaju - SE, 20 de Janeiro de 1995

Carta Aberta

Da: Coodenação Estadual

Para:

Assunto: Caravana dos Movimentos Populares a Brasília

Companheiros e Companheiras:

A conjuntura que atravessamos é por demais preocupante, na medida em que, os problemas sociais se agravam a cada dia, aumentando o contingente dos excluídos de todos os matizes, e não percebemos a curto, médio e longo prazo perspectivas e soluções consistentes. Mesmo com a eleição de um presidente oriundo de agrupamento político de caráter inovador, no caso do PSDB, se vive ainda um clima de indefinição e de certa perplexidade diante do futuro.

Na verdade o futuro, como também o presente, continua não existindo para milhões de brasileiros, que vegetam arrastando-se em função de escolas e misérrimas. Enquanto isto o nosso país revela toda uma face perversa em que reina uma das mais altas concentrações de renda do mundo, ou seja, a riqueza de poucos convive com indicadores sociais gravíssimos.

Se não bastasse isto, e de certa maneira como resultado deste quadro, a violência em todos os quadrantes deste grande território, assume proporções assustadoras. Ou seja aliado a fome de milhões, aos meninos de rua que proliferam por todos os recantos, a prostituição infantil vergonhosa para todos nós, o contingente de desempregados que aumentam cotidianamente, tem sido predominante uma completa insegurança.

Mais do que nunca se faz urgente uma mudança nesta realidade, sob pena de entrarmos em um processo de convulsão e caos social de resultados catastróficos.

Diante desta situação devastadora, surge algo de diferente, quem sabe uma luz no fim do túnel, que foi a fundação da Central de Movimentos Populares a um ano, em outubro de 93, em Belo Horizonte-MG, onde estiveram presentes 1.200 pessoas, de uma gama amplitude de organizações populares, como jamais se imaginou reunir. O I Congresso Nacional dos Movimentos Populares contou a presença dos seguintes movimentos: Moradia, Comunitário, em maior densidade, reuniram-se desde: Meninos e Meninas de Rua, Negros, Índios, Sem teto, Mulheres, Profissionais do Sexo, Favelados, Cultura e Teatro Popular, Catadores de Papelão, Homossexuais, Portadores de Deficiência, etc.. Mas não parou por aí, fora isto as discussões, articulações, tentativas ou unificações concretas em torno de objetivos comuns, continuaram existindo por este país afora, consolidando este projeto político que reconhecemos ser de uma extrema ousadia.

Este processo teve seu ápice na I Plenária Nacional de Lutas da CNP, realizado em Guarapari-ES, em junho de 1994, onde foi definido o seu programa de lutas, com intensa participação e envolvendo um número considerável de lideranças e militantes dos agrupamentos supra citados.

Unindo-se na base, como verdadeiras formiguinhas ensinando a lição do respeito a diferenças e diversidade, ao mesmo tempo consolida-se a proposta de edificação de uma sociedade mais justa e humana.

A CNP visa contribuir para a organização dos setores mais marginalizados da sociedade brasileira, uma parte constituída inclusive dos que se encontram fora do mercado formal de trabalho. Sonho tão belo e profundo com todas as dificuldades e sacrifícios que possam surgir, não pode perecer. Mas agora, é preciso reconhecer que em função da situação vigente, algo de cunho mundial, de crise econômica e política generalizada, onde uma série de referenciais tidos até então por muitos como verdades irrefutáveis, de repente se vêem destronados e provocam uma confusão de perspectivas nunca vista. Exigindo, dos movimentos organizados um salto de qualidade, ou seja um esforço no sentido de avançar na qualificação, sem perder os rumos de contestação. Buscamos, então passar do estágio meramente reivindicatório, para o de propositores fundamentados.

Neste sentido se coloca a realização de nossa Caravana Nacional de 21 e 22 de março de 1995 à Brasília. Queremos mostrar de uma vez por todas a nossa face ao Brasil, apresentar ao novo governo e ao Congresso Nacional o que consideramos serem as soluções para as angústias e sofrimentos do nosso povo. Não vamos apenas dizer o que queremos, mas como queremos e principalmente o que consideramos prioritário.

Mais por outro lado, é preciso dizer diferentemente de outras organizações, os Movimentos Populares, no geral, não possuem estrutura financeira e passam por dificuldades imensas. São esforços basicamente centrados no trabalho voluntário e altruístico de inúmeros brasileiros que não perderam a esperança de um novo tempo.

Portanto, para que realizemos tal atividade é necessário que tenhamos o apoio político e financeiro de todos os que continuam acreditando e apostando na solidariedade ao invés do individualismo desumano, na organização e aliança dos oprimidos, como o elemento de fortalecimento da democracia, ao invés da atomização e fragmentação corporativista que não alcançaram resultados significativos.

Enfim, mais do que nunca é preciso deixar claro, que estamos vivos, preparados para cobrar promessas e fiscalizar, embora também queiramos negociar e estejamos aberto a um diálogo franco e fraterno com todas as forças humanistas e políticas que realmente desejam trilhar o caminho da concretização de uma nação de cidadãos livres e conscientes, onde os direitos básicos de Cidadania deixarão de estar apenas nas plataformas e discursos eleitorais, para se tornarem uma realidade para todos os brasileiros.

Segue anexo o Projeto da Caravana Estadual, deste modo esperamos contar com a sua colaboração.

Desde já agradecemos a vossa atenção e em caso de dúvida comuniquem-se conosco.

Atenciosamente,



Coordenação

INDICE

- I - OBJETIVOS
 - I.1 - OBJETIVO GERAL
 - I.2 - OBJETIVO ESPECIFICO
- II - METAS
- III - BANDEIRAS ESPECIFICAS
 - a. HABITAÇÃO
 - b. EDUCAÇÃO
 - c. SAUDE
 - d. CULTURA POPULAR
 - e. PORTADORES DE DEFICIENCIA
 - f. GAYS, LÉSBICAS E PROSTITUTAS
 - g. SANEAMENTO, SAB's E ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES
 - h. TRANSPORTE
 - i. VIOLENCIA
 - j. NEGRO
 - l. EDUCAÇÃO POPULAR: CONTRA DESEMPREGO POR GERAÇÃO DE RENDA
 - m. MULHERES
 - n. ECOLOGIA
 - o. CRIANÇA e ADOLESCENTE
- IV - ORÇAMENTO DA CARAVANA
- V - ESCLARECIMENTOS REFERENTES AO ORÇAMENTO

I- OBJETIVOS

I.1 - OBJETIVO GERAL

. Elaborar e entregar ao Governo Federal, ao Congresso Nacional as Plataformas Nacionais para Política de Habitação, Saneamento, Meio Ambiente, Educação, Saúde, Violência, Direitos Humanos, Geração de Renda, Transporte, Criança e Adolescente e Participação Popular.

I.2 - OBJETIVOS ESPECIFICOS:

- . Apresentar ao Governo Federal, as bandeiras de luta deliberadas na 1a. Plenária Nacional de Lutas, através de políticas nacionais com diagnóstico e propostas administrativas.
- . Articular os diversos movimentos populares em torno de lutas comuns, em uma ação de caráter massivo, reivindicatório e propositivo.
- . Avançar no leque das articulações e ações em conjunto, realizando uma Caravana que celebre as decisões do 1o. Congresso Nacional de Movimentos Populares.
- . Propor uma agenda de audiências públicas com o Governo Federal para debater as propostas apresentadas.

II - METAS

- . Apresentar políticas nacionais para todos os 11 (onze) temas sugeridos na 1a. Plenária Nacional de Lutas, ao Governo Federal, Congresso Nacional, Governos Estaduais e a Sociedade.
- . Realizar um ato massivo com a participação de 5.000 (Cinco mil) pessoas de 22 estados brasileiros, consagrando uma grande mobilização nacional.
- . Ocupar espaço na mídia a fim de que as plataformas nacionais sejam divulgadas e debatidas pela sociedade.
- . Ter uma agenda nacional de audiências a fim de garantir a continuidade dos debates e a aplicabilidade das propostas/plataformas apresentadas.

III - BANDEIRAS ESPECIFICAS

a. HABITAÇÃO

- Criação do fundo e conselho de moradia popular a nível federal, estadual e municipal;
- Aprovação e cumprimento de uma lei de diretrizes urbanas que combata a especulação imobiliária;
- Autogestão dos programas voltados à construção de moradias e melhoria da qualidade de habitação;

- Regulamentação fundiária e urbanização de favelas e loteamentos clandestinos;

- Redefinição dos critérios de financiamento do SFH - Sistema Financeiro de Habitação - adequando-os às condições financeiras dos mutuários.

b. EDUCAÇÃO:

- Contribuir na formulação de uma política nacional de alfabetização de adultos;

- Defesa da escola pública, gratuita, com qualidade, democrática e popular;

- Criar os conselhos escolares com participação efetiva de alunos, pais e comunidade organizada, bem como, assumir a luta pela operacionalização da Lei de Diretrizes de Base - LDB;

- Democratização do acesso à universidade;

- Defender um projeto de educação que valorize a cultura local, contrapondo ao modelo importado que vem sendo implantado ao longo dos anos.

c. SAÚDE:

- Exigir o cumprimento do SUS assim como sua efetivação e não privatização da saúde;

- Exigir a criação dos conselhos de saúde em todos os níveis e fortalecer a participação popular nestes conselhos;

- Regularização e regulamentação do artigo 35 da lei 8080/90 como alternativa política de financiamento às UCAs e AHS que estimulam a desqualificação do atendimento à população;

- Humanização e integralidade dos serviços de saúde, garantindo a reciclagem e a capacitação profissional no atendimento do usuário;

- Extinção dos manicômios e construção dos serviços substitutivos ao modelo manicomial, garantindo a humanização do tratamento psiquiátrico e abolindo os métodos coercitivos de tratamento.

d. CULTURA POPULAR:

- Implementação e organização de centros culturais nas comunidades;

- Ativar uma política de financiamento e incentivo fiscal às atividades culturais de caráter popular;

- Inclusão do estudo da cultura popular brasileira nos currículos escolares;

- Luta contra o descaso do Estado pela produção da cultura popular;

e. PORTADORES DE DEFICIÊNCIA:

- Estímulo à pesquisa sobre tratamentos e equipamentos para portadores de deficiência;
- Políticas de educação comum às escolas especiais públicas e privadas;
- Acesso ao mercado de trabalho;
- Fazer cumprir a lei do acesso público aos deficientes, inclusive com adaptação dos transportes;
- Política de telecomunicações que assegure o acesso a informações por parte dos portadores de deficiência.

f. GAYS E LÉSBICAS E PROSTITUTAS:

- Lutar pela inclusão da proibição das discriminação por "orientação sexual" no artigo 3o. Inciso IV dos princípios fundamentais, da Constituição Federal;
- Lutar para que sejam realizadas modificações das leis penais e trabalhistas, tipificando o delito de discriminação por orientação sexual e garantindo a plena igualdade de oportunidade;
- Exigir medidas de prevenção e repressão à violência contra os homossexuais e prostitutas, garantindo investigações rigorosas dos crimes cometidos contra os mesmos;
- Lutar pela melhoria da saúde pública no que diz respeito à DST/AIDS, com programas de reciclagem dos profissionais de saúde, objetivando a não discriminação aos pacientes;
- Lutar pela proibição de políticas públicas, que removam, expulsem ou discriminem prostitutas e travestis no âmbito dos municípios e dos estados.

g. SANEAMENTO, SAB'S E ASSOCIAÇÃO DE MORADORES:

- Implantação e funcionamento de conselhos populares nos níveis federal, estadual e municipal e fortalecimento da política de autogestão;
- Institucionalização e garantia do orçamento participativo em todos os níveis da federação;
- Participação popular no planejamento urbano;
- Lutar por uma política de saneamento universalizado com atendimento integral de água potável, tratamento de esgoto e coleta seletiva de lixo.

h. TRANSPORTE:

- Constituição de fundos públicos em todos os níveis, para o financiamento do transporte coletivo geridos com a participação da sociedade civil.
- Lutar por uma política de transporte coletivo de qualidade municipalizada e diversificada com investimentos em trem, metrô, ônibus, etc...
- Participação nos conselhos de transportes e na discussão das políticas tarifárias e da planilhas.
- Lutar por uma tarifa socialmente justa.

i. VIOLENCIA:

- Desmilitarização da polícia e unificação das polícias: civil e militar;
- Democratização do Poder Judiciário;
- Lutar pela criação e homologação dos conselhos populares de segurança pública;
- Fim da violência institucionalizada (fome, falta de moradia, doença, agressões às culturas indígenas), através de campanhas nacionais e internacionais;
- Fim da impunidade.

j. NEGRO:

- Estimular e preservar a cultura afro-brasileira, lutando contra o racismo e a dominação cultural euro-americana imposta pela mídia;
- Por uma pedagogia multirracial, que inclua a história do continente africano e a questão do negro nos currículos escolares, produzindo livros didáticos que respeitem essa história, obrigando sua implementação pelo Ministério de Educação e secretarias estaduais e municipais de educação;
- Denunciar os casos de racismo, exigir punição para os culpados e indenização das vítimas de crimes raciais;
- Pela regulamentação das áreas remanescentes dos quilombos;
- Implementação e implantação de políticas públicas que atendam a especificidade das mulheres negras e combatam a esterilização massiva.

1. ECONOMIA POPULAR: CONTRA O DESEMPREGO, POR GERAÇÃO DE RENDA:

- Formação política e reciclagem profissional, garantindo e autogestão;
- Políticas públicas de geração de empregos com financiamentos e isenção fiscal para projetos populares de geração de renda, incluindo passe-livre nos transportes coletivos para os desempregados e aprovação do projeto de renda mínima;

- Redução de jornada de trabalho sem redução do salário;
- Integração campo/cidade, através da comercialização direta;
- Revisão da lei cooperativista e da legislação sobre o comércio ambulante.

m. MULHERES:

- Implantação imediata do Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher (FAISM), integrada e subordinada ao SUS;
- Luta pela descriminalização do aborto assim como a agilização e garantia dos serviços públicos nos casos de estupro e risco de vida da mãe já prevista em lei;
- Igualdade no mercado de trabalho;
- Combate a todas as formas de violência praticada contra as mulheres;
- Educação sexual nas escolas não sexista e não racial;
- Combate aos meios de comunicação social que reforçam a submissão da mulher nas relações de gênero.

n. ECOLOGIA:

- Controle popular na instalação e no funcionamento das indústrias;
- Lutar contra o uso indiscriminado de agrotóxicos, respeitando as leis e estimulando o uso de técnicas naturais de produção;
- Implantação da coleta seletiva de lixo;
- Implantação do zoneamento econômico ecológico, com um sistema de classificação e enquadramento dos recursos naturais;
- Participação da população organizada no controle e gestão dos recursos liberados para projetos, programas e ações no meio ambiente;

o. CRIANÇA E ADOLESCENTE

- Reforma no ensino público, incluindo no currículo escolar o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA);
- Criar políticas de atendimento de emergência a criança e adolescente nas áreas de saúde, habitação e educação, considerando a especificidade das regiões ou dos grupos;
- Criação de programas especiais para criança e adolescentes que contemple as questões racial e de gênero;

- Assegurar o Estatuto da Criança e do Adolescente na revisão constitucional garantindo a implantação e estruturação dos Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente.

V - ORÇAMENTO DA CARAVANA:
(Valores em dólares)

Despesas	Verba Solicitada	Contrapartida	TOTAL GERAL
1. Transportes	7.000,00		7.000,00
2. Alimentação e Viagem	1.000,00		1.000,00
3. Alimentação em Brasília		5.400,00	5.400,00
4. Despesas Eventuais	100,00		100,00
TOTAL	8.100,00	5.400,00	13.500,00

1-

0-

1-

2 - ALIMENTAÇÃO DURANTE A VIAGEM:

Esta será bancada pelos Estados, no mesmo estilo do transporte.

3 - ALIMENTAÇÃO EM BRASÍLIA:

Este valor corresponde a alimentação de 5.000 pessoas, durante 02 (dois) dias - dando um total de 10 refeições.

CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES

PARA:

ASSUNTO: CARAVANA À BRASÍLIA

Companheiro(a)s

Conforme documento em anexo estamos solicitando a esta organização a apreciação do referido documento e conseqüentemente uma contribuição no sentido de viabilizar a participação de representantes do movimento popular na caravana que vai se realizar em Brasília no mês de março, que terá como objetivo a realização de uma grande manifestação norteadas pelas propostas do Movimento Popular.

Aracaju, de fevereiro de 1995

Atenciosamente



PI coordenação